



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600, térreo, ala Norte - Bairro: Praia de BELas - CEP: 90010-395 - Fone: (51)3214-9274 - www.jfrs.jus.br - Email: cejuscon@jfrs.jus.br

PETIÇÃO Nº 5002387-09.2024.4.04.7114/RS

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REQUERENTE: ASSOCIACAO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS

TERMO DE SESSÃO DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

Aos 12/12/2024, no ambiente do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da sede avançada de Lajeado/RS, com apoio audiovisual da Plataforma Zoom, perante os Juízes Federais Coordenadores, comparecem as pessoas infranominadas, presencialmente ou por meio virtual, para participar da sessão de conciliação referente às ações de números: 50023836920244047114 (Município de Bom Retiro do Sul); 50023845420244047114 (Município de Colinas) e 50023870920244047114 (Estrela).

Inicialmente Dr. Fábio Mattiello recepciona os participantes, contextualizando a finalidade das visitas realizadas pela manhã junto às prefeituras e áreas atingidas pelas enchentes em Bom Retiro do Sul e Estrela, adiando a visita à Colinas para depois da presente audiência. Apresentados os princípios e o procedimento da sessão, é dado início ao diálogo com a apresentação dos pontos principais a serem abordados:

- a) critérios de delimitação das áreas não habitáveis dos Municípios e destinação dessas áreas;
- b) estabelecimento de plano de prevenção e evacuação para catástrofes naturais;
- e
- c) reconstrução de habitações aos desabrigados.

Dr. Mattiello solicita a manifestação do Prefeito de Bom Retiro. Edmilson Busatto informa que a área urbana não sofreu tanto, pois não houve arrastamento. Já o interior teve áreas de arraste, com zonas rurais destruídas. Quanto ao cadastro para inclusão em benefícios de moradia, diz haver famílias com mais de um pedido, o que gera conflito nos dados e exige atenção das prefeituras para retificação. O prefeito noticia a existência de um projeto para que as pessoas não ocupem novamente a área rural junto aos rios, mantendo, quando possível, as terras rurais para plantio e não para moradia.

Secretária Simone informa que esse projeto não foi entregue à Secretaria da Inovação e por isso não poderia se manifestar sobre ele nesse momento.

Dr. Fabiano sugere que esse projeto de Bom Retiro seja juntado ao processo. O
5002387-09.2024.4.04.7114 710021566151.V26 GIS19© GIS19



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Cel. Boeira informa que, depois da reunião de ontem, teve uma conversa com Cel. Marmitt e Dr. John quanto ao sistema de comunicação instalado no Vale do Taquari. Há necessidade de instalação de tecnologia de comunicações e existe a possibilidade de adesão por parte dos municípios a essa tecnologia para que as defesas civis locais possam integrar essa rede. O Coronel noticia também o agendamento de uma reunião para o dia 07/01/2025, às 10 horas, na região do Vale do Taquari, ainda sem local definido, com a Secretaria de Segurança Pública do Estado e municípios que queiram aderir a essa rede, podendo eventualmente ser aproveitada a estrutura já existente, adequando-a para integração à rede do Estado. Diz que o Estado obteve recurso de cinco milhões de reais para, considerando a população de cada município, organizar a defesa civil e equipá-la. Estão sendo feitas atas de registro de preços a que os municípios também poderão aderir.

Carine Schwingel, Prefeita eleita de Estrela, aponta a necessidade de reordenamento da cidade, com proibição de ocupação das áreas de arraste, além de medidas de contenção nas áreas que foram fortemente inundadas. Emerson Luís Musskopf refere que a Defesa Civil, a Secretaria de Meio Ambiente e a Prefeitura devem atuar em conjunto, com planos de drenagem urbana, de não ocupação das áreas de arraste. Cinco novas réguas foram adquiridas para monitorar os arroios na região de Estrela, pois a enchente tomou essa proporção de setembro e maio, em virtude das cheias nos arroios e não apenas do Rio Taquari. Há um convênio firmado com universidades da região para prevenir as enchentes. Na prefeitura de Estrela há o Projeto Verde Urbano, que propõe soluções baseadas na natureza para minimizar o impacto das enchentes.

Carine relata que possuem problemas na área rural, que ainda não se tem solução em Estrela e que envolvem a perda de casas, a qualidade do solo e sua matriz produtiva, sendo que o interior está mais desassistido, havendo a necessidade de um projeto para toda a região afetada. Houve 1200 casas destruídas em Estrela sem nenhuma morte. Voluntários particulares deram suporte e salvaram vidas porque conheciam o rio. A Prefeita sugere a antecipação e captação de projetos para mais facilmente fazer o recurso chegar e reforça a necessidade de se ter um olhar regional de estruturação pra montagem e antecipação de projetos.

Pela Secretaria da Reconstrução, Renan Vidal, refere a realização de mapeamento a laser, batimetria dos principais rios da região e modelagem hidrodinâmica para poder prever esses eventos, com o objetivo de se ter essas informações com antecedência e fazê-las chegar a toda a população. Há uma equipe técnica analisando esses projetos.

Secretária Simone diz que os recursos para reconstrução são a partir do FUNRIGS (fundo público especial de natureza orçamentária, financeira e contábil, criado pelo decreto 57.647, para enfrentamento das consequências dos eventos climáticos). Na medida do possível, os projetos estão sendo feitos com previsão de 24 meses para que se possa concluir ainda neste período de governo, ainda que se faça uma projeção para além deste prazo, já que muitas questões exigem continuidade. Destaca, também, que uma tecnologia escolhida interfere em outra e por isso se tem um plano estratégico, para que se tenha uma visão do todo. Refere a constituição de um centro de referência de estudo das



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

levantamentos, realizou por contratação, de forma autônoma, o mensuramento das áreas de desmoroamento, em especial para garantir a segurança dos munícipes, frisando que há plano de contingência na cidade. A população de Colinas é de 2.300 habitantes e 380 famílias foram fortemente afetadas pelas enchentes.

Por ser um município pequeno, a prefeitura tem conhecimento de quem pode ser beneficiado por cada um dos programas habitacionais. Há 17 casas a serem entregues para a Páscoa, relativas programa MCMV calamidades. Secretária Angelita frisa que o estudo social não pode se ater ao aspecto econômico. Catástrofes dessa natureza geram desesperança e relata que não houve tentativas de suicídio na região de Colinas. Há, no entanto, pessoas que não se enquadram em programa habitacional, mas que perderam suas casas e sua fonte de renda.

Dr. Mattiello agradeceu a presença de todos e a disposição de trazer dados e informações para solução dos problemas enfrentados pelos municípios, convidando os presentes para nova sessão de conciliação a ser realizada de forma virtual, às 16h do dia 17/12/2024, próxima terça-feira. Na oportunidade serão tratados os seguintes pontos: a) número de cadastros realizados por cada um dos municípios para inserção de famílias no Programa Compra Assistida; b) número de pedidos aprovados pelo aludido programa habitacional; c) número de pedidos que já foi autorizada a realização de contrato ou estão realizados os contratos; d) número de pedidos em análise; e) número de pedidos reprovados.

Os Municípios deverão informar nos autos se já enviaram todos os pedidos para o programa Compra Assistida e, em caso negativo, quantos ainda estão por serem solicitados.

Outros encaminhamentos:

Fica fixado o prazo até o final do mês de janeiro para apresentação nos autos dos projetos que existem nas Secretarias do Estado quanto à destinação das áreas rurais atingidas.

O Município de Bom Retiro deverá juntar aos autos de seu respectivo processo, no mesmo prazo, o projeto referido na sessão quanto à área rural.

O presente termo deverá ser anexado aos processos 50023836920244047114 (Bom Retiro do Sul); 50023845420244047114 (Colinas); 50023801720244047114 (Estado do RS) e 50023914620244047114 (União - AGU).

Dispensada a assinatura dos presentes por se tratar de processo eletrônico.

PRESENCAS:

Pelo Ministério Público Federal: Flávia Rigo Nobrega e Fabiano de Moraes;

Pela Associação Nacional dos Atingidos por Barragens: advogado Djeison Deiedrich, advogado Thales F. Miola, Marta L. dos Santos Fleito, João Jair Haacke, João Carlos dos Santos, Cleonice L. S. Bremm, Juraci Padilha dos Santos, Suzana Vieira, Leopoldo
5002387-09.2024.4.04.7114 710021566151.V26 GIS19© GIS19



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Documento eletrônico assinado por **DANIELA TOCCHETTO CAVALHEIRO, Juíza Federal Coordenadora Adjunta do CEJUSCON**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710021566151v26** e do código CRC **678667a6**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): DANIELA TOCCHETTO CAVALHEIRO

Data e Hora: 18/12/2024, às 18:25:1

Documento eletrônico assinado por **FÁBIO VITÓRIO MATTIELLO, Juiz Federal Coordenador do CEJUSCON**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710021566151v26** e do código CRC **678667a6**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): FÁBIO VITÓRIO MATTIELLO

Data e Hora: 19/12/2024, às 14:4:42

5002387-09.2024.4.04.7114

710021566151.V26 GIS19© GIS19